



Expediente no Carnaval

Nos dias 07 e 08 de março, segunda e terça-feira de Carnaval, não haverá expediente na Justiça Federal do Espírito Santo, de acordo com o art. 62, III, da Lei 5.010/66.

Quarta-feira de Cinzas

O expediente da Quarta-feira de Cinzas, dia 09 de março, foi suspenso por portaria do presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, na forma do permissivo contido no art. 82 do Regimento Interno daquela Corte, prorrogando-se, até o primeiro dia útil subsequente, os prazos que vencerem na referida data. A Portaria foi publicada no e-DJF2R em 25/02/2011.



TR/ES realiza primeira sessão com nova composição

A Turma Recursal do Espírito Santo realizou, no dia 1º de março, às 14 horas, na sala de audiências da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal, no Ed. Jerônimo Monteiro, Centro, Vitória, sua primeira sessão com a nova composição.

Participaram da sessão os juízes federais Rogério Moreira Alves (3º JEF), Osair Victor de Oliveira Junior (1ª VF-Cachoeiro de Itapemirim), Américo Bedê Freire Júnior (3ª VF-Execução Fiscal) e Alceu Maurício Junior (2ª VF-Execução Fiscal).

TRF2, SJRJ E SJES terão novo horário de funcionamento a partir de abril

O presidente do TRF - 2ª Região, desembargador federal Paulo Espírito Santo, informa que, a partir do dia 1 de abril, o horário de atendimento ao público externo em todas as unidades do TRF2 e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo será das 9h às 18h.

A Presidência do Tribunal expedirá resolução regulamentando a matéria oportunamente.

A medida atende a uma determinação da Corregedoria-Geral da Justiça Federal proferida em relatório de inspeção recebido pelo Tribunal em dezembro de 2010. A ordem da Presidência do TRF2 define que o horário de funcionamento interno da Corte e das Seções Judiciárias será das 9h às 19h.

Atendimento ao público externo: 9 às 18 horas

Funcionamento interno: 9 às 19 horas

ACOS/TRF2

Pablo Coelho Charles Gomes é o novo Juiz Titular da VF-Linhares

O juiz federal Pablo Coelho Charles Gomes, que atualmente é juiz substituto da 2ª Vara Federal de Execução Fiscal, foi promovido a juiz titular da Vara Federal de Linhares, na sessão Plenária do TRF2 realizada hoje (3) à tarde, no Rio de Janeiro. Como amanhã é feriado na capital fluminense, a publicação do ato deve ocorrer apenas na próxima semana.

Aprovado no 8º Concurso para Juiz Federal Substituto da 2ª Região, Pablo Coelho Charles Gomes começou a atuar na Justiça Federal como servidor, primeiro Técnico Judiciário, por cinco meses, na SJRJ, e depois Analista Judiciário, por sete meses, no TRF2. Cedido para a JFES em 1999, foi lotado na 3ª Vara Federal (hoje, 3ª VF-Cível), onde ficou até a aprovação para magistrado, em meados de 2002.

Empossado como juiz substituto em junho de 2002, foi lotado na 5ª Vara Federal, transformada, em outubro de 2004, na 1ª VF-Criminal; na 4ª VF-Cível, entre junho/2009 e agosto/2010; e na 2ª VF-Execução Fiscal, desde agosto/2010.

O juiz ainda respondeu, sem perda de jurisdição, pela VF-São Mateus, em alguns meses de 2002 e 2003; pela VF-Cachoeiro de Itapemirim, em janeiro/fevereiro de 2004, e pela VF-Linhares, em janeiro de 2007 e em setembro de 2010.

O novo titular da VF-Linhares nasceu em 7/09/1975, em Cachoeiro de Itapemirim, graduou-se em Direito pela Ufes, é casado e tem dois filhos.

Novos juízes promovidos na 2ª Região

Além do juiz federal Pablo Coelho Charles Gomes, promovido a titular da Vara Federal de Linhares, a sessão Plenária do TRF2 realizada hoje (3), no Rio de Janeiro, promoveu também outros juízes do 8º concurso para juiz federal substituto realizado na 2ª Região.

Foram promovidos para atuar nas varas e juizado de Campos os juízes federais Marcella Araújo da Nova Brandão, Margareth de Cássia Thomaz Rostey e José Carlos Zebulum. O titular da Vara Federal de Itaperuna será o juiz Rodolfo Kronenberg Hartmann.

Na SJES

Os novos juízes titulares da 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim e da Vara Federal de São Mateus são, respectivamente, André Luiz Martins da Silva e Adriano Saldanha Gomes de Oliveira.

Justiça Federal de Rio tem nova sede administrativa



Em destaque, Paulo Espirito Santo e Patrícia Longhi

O TRF2 e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) inauguraram no dia 2 de março o prédio que agora abriga a Direção do Foro Federal e os setores administrativos da primeira instância fluminense. A solenidade, conduzida pelo presidente do Tribunal, desembargador federal Paulo Espirito Santo, foi prestigiada por um grande número de autoridades e servidores do Judiciário Federal, como o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Manoel Alberto Rebelo dos Santos a desembargadora federal Maria Helena Cisne - presidente eleita da Corte que tomará posse no cargo no dia 7 de abril -, os desembargadores federais Liliane Roriz e Guilherme Calmon, os juízes federais Marcelo Leonardo Tavares, Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, Carlos Lugones, Fátima Novelino, Andréa Rizzotto, e Paulo André Espirito Santo, os desembargadores federais aposentados Agustino Fernandes, Ney Fonseca e André Kozlowski, o procurador regional

federal Marcos da Silva Couto, o procurador-geral do Município do Rio de Janeiro Fernando dos Santos Dionísio, o contra-almirante Nilo Moacir Penha Ribeiro, o comandante do 13º Batalhão da Polícia Militar, tenente coronel José Guilherme Xavier Saraiva e o diretor-geral do TRF2, Luiz Carlos Carneiro da Paixão.

O diretor do Foro da SJRJ, juiz federal Alexandre Libonati, foi o primeiro a fazer uso da palavra, para destacar a atuação dos magistrados que o precederam no cargo e dos servidores que enfrentaram todo tipo de dificuldade para tocar o trabalho de adaptação do edifício que agora sedia a administração do primeiro grau da Justiça Federal. Libonati lembrou que o projeto começou a sair do papel há cerca de dez anos. Em especial, ele ressaltou o empenho da atual diretora da Secretaria Geral da SJRJ, Patrícia Longhi: “Nossa antiga sede era demasiado acanhada para que desempenhássemos nossas atividades com eficiência. Sem a visão de futuro desses magistrados e servidores não teríamos conseguido realizar esta obra de grande significado para que a 2ª Região da Justiça Federal assumira o papel importante que lhe cabe no cenário das instituições nacionais. Quero, principalmente, prestar homenagem aqui aos servidores, que superaram com extremo esforço as limitações que enfrentamos, muitas vezes com prejuízo do seu tempo pessoal e do convívio familiar”.

Em seu discurso, o presidente Paulo Espirito Santo também enfatizou a dedicação dos servidores, e acrescentou elogios ao apoio do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, instituições indispensáveis para a que a atividade judicante se efetive: “As demandas são urgentes. Os cidadãos não podem esperar. Mas como o Judiciário pode funcionar bem, se a estrutura é inadequada. Precisamos de funcionários motivados, de contar com equipamentos e recursos necessários e de instalações apropriadas”. ACOS/TRF2



Alexandre Libonati, Paulo Espirito Santo e Maria Helena Cisne descerram a fita

CPJUS lança 9ª edição da revista “Via Legal”

A necessidade e a importância do Sistema Penitenciário Federal para a segurança dos brasileiros é o tema da matéria de capa da 9ª edição da Revista *Via Legal*, que já pode ser acessada no Portal da Justiça Federal (WWW.jf.jus.br), no item “Comunicação Social”. A reportagem traz imagens e informações inéditas dos quatro presídios federais do país visitados por juízes da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Um desses magistrados, o juiz federal Ávio Novaes, complementa a discussão do tema com um artigo no qual questiona as regras atuais para a escuta ambiental nessas penitenciárias. A revista, assim como outros produtos de comunicação, é produzida pelo Centro de Produção da Justiça Federal, formado pelas assessorias de comunicação social do Conselho da Justiça Federal e dos cinco tribunais regionais federais.

Outro destaque da edição são os desafios e os avanços na guarda e na administração de bens apreendidos por ordens judiciais. Uma árdua tarefa para magistrados de todo o país que chegam a passar por situações inusitadas, como ter que administrar um cemitério.

A Revista também repercute a Lei da Improbidade Administrativa que, apesar de ainda não estar totalmente consolidada no país, é para muitos um marco no combate aos desvios de recursos públicos.

Em outra reportagem, *Via Legal* explica o que diz a lei quando o assunto é a disputa pelo direito de receber pensão pela morte de um segurado. Os casos mais comuns envolvem esposas e amantes e, dependendo da situação, a Justiça tem permitido a divisão do benefício.

Dentre as questões ambientais, nossa equipe de reportagem apurou que menos da metade dos parques nacionais brasileiros está aberta à visitação pública. Os tribunais têm sido acionados, seja para impedir construções que ameacem o equilíbrio ambiental, seja para punir quem ignora as leis criadas para proteger esse patrimônio natural.

Na coluna *Faça como Ele*, a Revista traz uma história de dor, sofrimento e superação. Uma família do Rio de Janeiro foi à Justiça Federal para garantir que o filho, adolescente portador de uma doença rara e grave, pudesse receber do INSS o benefício assistencial. Por causa de uma anomalia genética, a pele do estudante é extremamente frágil, sujeita a ferimentos constantes, o que requer que ele seja constantemente acompanhado por especialistas. No entanto, por falta de dinheiro, Jony ficou quatro anos sem nenhum tratamento.

Assessoria de Comunicação Social do CJF

Prêmio *Innovare* abre inscrições para a oitava edição

Começaram dia 1º de março as inscrições para a oitava edição do Prêmio *Innovare*, com o tema “Justiça e Inclusão Social”, e um prêmio especial para o tema “Combate ao Crime Organizado”. Os interessados poderão se inscrever pelo site do Instituto (www.premioinnovare.com.br) em seis categorias: Tribunal, Juiz Individual, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Prêmio Especial. Os vencedores de cada uma, à exceção da categoria Tribunal, serão contemplados com R\$ 50 mil, além de poderem ter suas práticas disseminadas para outras regiões pela Comissão Difusora do Prêmio, composta por renomados integrantes da Justiça Brasileira. Também serão oferecidas menções honrosas em todas as categorias.

“Acreditamos que a Justiça Brasileira trilha um caminho sem volta em direção à eficiência e celeridade na prestação de serviços ao cidadão. O *Innovare* conta com iniciativas vitoriosas em todo o Brasil que confirmam essa realidade. Nosso maior objetivo é contribuir para esta revolução silenciosa a caminho da cidadania plena”, comenta Antônio Claudio Ferreira Netto, Diretor do Instituto *Innovare*. O resultado da VIII edição será apresentado em dezembro, em Brasília.

O Instituto Prêmio *Innovare*, com sede localizada no Rio de Janeiro, concentra seus esforços para tornar a Justiça brasileira mais rápida e eficaz. Em oito anos de atuação, o Prêmio já acumula cerca de duas mil iniciativas inscritas e já contemplou práticas ligadas à adoção e reintegração a família, cidadania, meio ambiente, crescimento urbano, entre muitas outras áreas que auxiliam no desenvolvimento da sociedade e do Judiciário.

Assessoria de Imprensa do STF



CJF sedia reunião para conciliação de processos de SFH na Justiça Federal

O Conselho da Justiça Federal (CJF) sediou na tarde desta quarta-feira (2) videoconferência com o intuito de preparação do mutirão de conciliação e julgamento dos processos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), pendentes de julgamento na Justiça Federal. São cerca de 200 mil processos, alguns iniciados há mais de 16 anos.

Estavam presentes na videoconferência, além dos juízes federais Élio Wanderley de Siqueira Filho, auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, e Saulo José Casali Bahia, auxiliar da Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, representantes do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) e, ainda, servidores responsáveis pelas informações processuais dos cinco tribunais regionais federais.

Durante a videoconferência, buscou-se inicialmente estabelecer os parâmetros de elaboração de dados necessários visando à elegibilidade dos processos sujeitos a conciliação e julgamento.

Durante a reunião, foram definidos os parâmetros de relatórios que deverão ser gerados pelos tribunais regionais federais das 5 Regiões, conforme a necessidade indicada pela EMGEA. Houve o compromisso de remeter estes relatórios ao CJF até o dia 14 de março, quando então serão retransmitidos à EMGEA.

Como a CEF já possui controle utilizando o número do processo em andamento na Justiça Federal, foi reputado desnecessária a criação de campo específico, quando do cadastramento de feitos, para a identificação do número do contrato de financiamento.

Foi identificada, todavia, a necessidade de que os feitos antigos fossem recadastrados, a fim de que as classes e assuntos pertinentes ao SFH fossem atualizados. Este assunto deverá ser levado à Presidência do CJF. Também foi discutida a necessidade de alteração da Tabela Única de Assuntos (TUA) para conter, associado ao SFH, o tema de mútuo.

Nova reunião deverá ser realizada no próximo dia 28 de março visando o planejamento das ações de conciliação em todo o país.

Assessoria de Comunicação Social do CJF

Via Legal destaca esforço para preservar traços da cultura alemã no sul do País

Apesar dos avanços e do rigor na fiscalização, ainda são comuns no Brasil os casos de desvio de recursos públicos. No interior de Pernambuco, um episódio chamou a atenção da Justiça que condenou o ex-prefeito e os integrantes da comissão de licitação do município. As investigações mostraram que o dinheiro que deveria ser usado para construir três escolas acabou na conta dos acusados. Juliano Domingues esteve na cidade para mostrar as consequências do crime para quem mais precisa de educação de qualidade.

Erica Resende detalha as dificuldades enfrentadas por vítimas de doenças raras que tentam sacar os recursos depositados na conta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Embora a lei autorize a liberação em casos específicos, muitas vezes, é preciso brigar na Justiça. Uma advogada de São Paulo que teve um tumor no cérebro e foi obrigada a passar por cinco cirurgias só conseguiu o dinheiro depois de uma longa batalha. A reportagem explica em que casos é possível solicitar o benefício.

Nesta edição, o programa também aborda o drama dos seguidores da religião adventistas. Não é fácil conciliar as exigências profissionais com as limitações da igreja. Viviane Rosa traz histórias de quem já perdeu compromissos e até atrasou a faculdade por causa de restrições como a que impede a pessoa de trabalhar ou estudar do por do sol de sexta-feira ao por do sol de sábado. Em Brasília, uma decisão judicial garantiu o direito de uma candidata à procuradora da República de fazer o concurso em horário alternativo.

Analice Bolzan fala de meio ambiente. Ela esteve em Novo Hamburgo e mostrou a mobilização da comunidade e das autoridades para garantir a recuperação e a preservação de um prédio que guarda traços da cultura alemã. Para a população, o mais importante é evitar

evitar que uma parte da história do Estado se perca para sempre.

O *Via Legal* é exibido nas TVs Cultura, Justiça e mais de 25 emissoras regionais. Confira os horários de exibição e assista também pela internet. www.vialegal.cjf.jus.br ou www.programavialegal.blogspot.com

Horários de exibição:

TV Justiça

02 de março 21h30
06 de março 18h

Rede Cultura

05 de março 8h
07 de março 7h

TV Brasil

(Brasília – canal 02)
06 de março 6h

Iluminuras entrevista advogada sobre planos de saúde

No *Iluminuras* desta semana você vai conhecer a obra rara “Memórias de um Sargento de Milícias”, de Manuel Antonio de Almeida, publicada no Rio de Janeiro, em 1951. Trata-se de uma publicação da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil. O livro é ilustrado com águas fortes originais de Darel, coloridos à mão pelo artista. O romance descreve a vida no Rio de Janeiro no princípio do século XIX. A obra foi traduzida para diversas línguas, além de ter tido três adaptações teatrais.

No *Encontro com Autor* a jornalista Carolina Sette conversa com a Mestre em Direito das Relações Sociais, professora e advogada, Maria Stella Gregori. Ela vem ao programa falar sobre seu livro: Planos de Saúde.

E no *Ex-Libris*, você vai conhecer a biblioteca pessoal do professor da Universidade de Brasília, Miroslav Milovic. Ele nasceu na Iugoslávia, em 1955, concluiu o doutorado em Filosofia, na Universidade de Frankfurt e o doutorado do Estado, na Universidade Sorbonne, em Paris. Miroslav Milovic foi professor de Filosofia na Iugoslávia, Turquia, Espanha e Japão, e agora no Brasil, leciona na Universidade de Brasília, como professor titular.

O *Iluminuras* mostra ainda alguns dos principais livros jurídicos que acabaram de chegar às livrarias. O programa inédito vai ao ar na TV Justiça, quarta-feira, às 22h. Horários alternativos: quinta, 13h30; sexta, 19h; sábado, 18h e segunda, 13h30. O *Iluminuras* também está no *YouTube*. Para ver este programa, basta acessar: www.youtube.com/programailuminuras

Assessoria de Imprensa do STF

EMARF promove fórum dia 18, em Vitória

A Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf) realiza no dia 18 de março, das 9 às 13 horas, no auditório da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), o Fórum “Regulação no Setor Aéreo: a ANAC e o usuário do serviço de transporte”, que faz parte do curso de Direito Privado da entidade.

O evento terá como palestrantes Adriano Pedra, professor da FDV; Alexandre Assumpção Alves, professor da UERJ; e o desembargador federal Guilherme Calmon, do TRF da 2ª Região. A mesa será presidida pela juíza federal Helena Elias Pinto.

As inscrições são gratuitas e poderão ser realizadas pelo telefone (27) 3183-5187, ou pelo e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br

**Fórum Regulação no Setor Aéreo:
a ANAC e o usuário do serviço de transporte**

Público-Alvo:
Magistrados Federais, Opositores do Direito, Servidores do Poder Judiciário, Advogados, Estudantes de Direito e demais interessados.

Inscrições Gratuitas:
• PARA MAGISTRADOS FEDERAIS: Para inscrição em nome do CDE: www.stf.jus.br/emarf
• PARA OS DEMAIS INTERESSADOS DO PODER JUDICIÁRIO: Pelo telefone: (27) 3183 5187 ou nucleoemarf.es@jfes.jus.br
VAGAS LIMITADAS

Palestrantes:
Adriano Pedra, Professor (UFRJ)
Alexandre Assumpção Alves, Professor (UERJ)
Guilherme Calmon, Desembargador Federal
Presidente de Mesa
Helena Elias Pinto, Juíza Federal

Local: Auditório da Faculdade de Direito de Vitória
R. Dr. João Carlos de Souza, nº 722
Santa Lúcia, Vitória - ES

**18 de Março de 2011
das 9h às 13h**

